



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, QUARTA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 2013

AUDIÊNCIA

MPE quer Comissão de Ética no Huse

A efetividade da Comissão de Ética do Hospital de Urgências de Sergipe (Huse/João Alves) foi debatida ontem pela manhã em audiência no Ministério Público do Estado (MPE), localizado no Bairro Capucho (Aracaju). A reunião contou com a presença do diretor clínico do Huse, Marcos Kröger, e da promotora Euza Missano. “Entraremos com uma ACP em face [contra] a Fundação Hospitalar de Saúde e o Estado, com o objetivo de efetivar a Comissão de Ética do hospital. O Conselho Regional de Medicina também será instado a apurar o que está sendo denunciado”, disse a promotora. O representante do Conselho Regional de Medicina (CRM) faltou ao encontro, tendo-o justificado.

Outro problema se refere à aprovação do regimento interno. A responsabilidade da FHS

cabe pelo fato de ela não reconhecer o regimento interno procedimental (outro regimento, clínico, já existe). Essa ausência legal faz com que “cada um faça sua lei”, de acordo com Kröger. “Essa é a grande questão: aprovar o regimento interno geral”. Esse documento é responsável por informar as atribuições administrativas e gerenciais do Huse.

Comissão de Ética

Houve início do funcionamento da Comissão de Ética em outubro de 2011, 60 dias após a assunção de Marcos Kröger como diretor clínico do hospital. No entanto, quando a presidente do grupo assumiu a superintendência do Huse, a comissão funcionou por pouco tempo. Outros problemas enfrentados foram a ausência de sala e de material de expediente.

“Todo hospital tem que ter uma Comissão de Ética, a fim de apurar denúncias; a população, o usuário do SUS tem o direito de denunciar”, disse a promotora Euza. Segundo ela, o MPE vem lutando pela implantação da comissão desde 2011. “A diretoria clínica deverá consultar o CRM para decidir entre elaborar uma nova eleição ou escolher os membros faltantes”, frisou.

Ao CRM, por sua vez, caberá dar transparência quanto ao andamento de diversos processos administrativos, instaurados quando do funcionamento da Comissão.

Regimento Interno

Um dos problemas causados pela falta do Regimento Interno procedimental está relacionado à divergência entre a FHS e o corpo clínico em rela-

ção à direção clínica. A direção do Huse é composta de diretoria técnica, da superintendência e da direção clínica. As duas primeiras instâncias são definidas pelo gestor (ou seja, a FHS); a última, pelo corpo clínico da unidade, segundo Kröger.

A FHS, no entanto, tem insistido na denominação do coordenador da direção clínica, o que tem causado insegurança junto aos profissionais do Huse. “A FHS, quando foi fundada, eliminou a diretoria clínica, ferindo diversas resoluções federais”, disse. A aprovação do Regimento Interno dirimiria essas dúvidas quanto à competência de cada um. “Queremos que haja uma escolha democrática [do coordenador/diretor clínico], por edital, como sempre existiu na história do Huse”, frisou Kröger.